

## Traçando o Perfil de uma Amostra de Usuárias de Crack em Tratamento

## Plotting the Profile of a Sample of Crack Users in Treatment

## Trazando el Perfil de una Muestra de Usuarías de Crack en Tratamiento

*Katruccy Tenório Medeiros(1); Silvana Carneiro Maciel(2); Luciana Fernandes Santos(3);  
Patrícia Fonseca de Sousa(4)*

1 Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5362-2212> | E-mail: [katruccy\\_22@yahoo.com.br](mailto:katruccy_22@yahoo.com.br)

2 Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1489-1126> | E-mail: [silcamaciel@gmail.com](mailto:silcamaciel@gmail.com)

3 Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2814-110X> | E-mail: [luciana1482@hotmail.com](mailto:luciana1482@hotmail.com)

4 Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1885-2626> | E-mail: [patriciasousa20@yahoo.com.br](mailto:patriciasousa20@yahoo.com.br)

**Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 160-174, Jan.-Jun., 2018 - ISSN 2175-5027

[Recebido: Maio 24, 2018; Aceito: Agosto 08, 2018]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2730>

### Endereço correspondente / Correspondence address

Katruccy Tenório Medeiros

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil

CEP: 58051-900

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor: Ludgleydson Fernandes de Araújo

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui! / click here!](#)

## Resumo

Analisando os fatores sociodemográficos de uma amostra de usuárias de crack, esta pesquisa teve como objetivo contribuir para o conhecimento de fatores propulsores de risco e de vulnerabilidade da saúde da população estudada. Participaram deste estudo 45 mulheres, com idade média de 29,11 anos (DP= 7,99), internas em Clínicas de Reabilitação (34) e Comunidades Terapêuticas (11) dos Estados da Paraíba (PB) e Pernambuco (PE). Como instrumento, utilizou-se um questionário sociodemográfico, analisado por meio de estatística descritiva, com auxílio do *software* SPSS/PASW versão 21.0. Os resultados apontaram para um perfil de usuárias em sua maioria jovens, em idade reprodutiva e com experiências maternas, com baixo nível de escolaridade e fora do mercado formal de trabalho. Estes dados demonstram a necessidade de um maior investimento em termos de saúde e educação nesta faixa etária da população estudada, e a importância do aprimoramento das políticas públicas neste âmbito, a fim de reduzir a vulnerabilidade e os impactos biopsicossociais.

**Palavras-chave:** crack, gênero, dependência química, vulnerabilidade

## Abstract

Via analysis of the demographics in a sample of crack users, this study aimed to contribute to the knowledge of risk factors and drivers of health vulnerability of the population studied. The study included 45 women with a mean age of 29.11 years (SD = 7.99) in rehabilitation clinical (34) and therapeutic communities (11) in the Brazilian states of Paraíba (PB) and Pernambuco (PE). As an instrument, a demographic questionnaire was used and analyzed via descriptive statistics with software SPSS / PASW version 21.0. The results showed a profile of users mostly young people of reproductive age and maternal experiences, with low levels of education and out of the formal labor market. These data demonstrate the need for greater investment in health and education in this age of the study population and the importance of improving public policies in this area in order to reduce vulnerability and the biopsychosocial impact.

**Keywords:** crack, gender, drug addiction, vulnerability

## Resumen

Analizando los factores sociodemográficos de una muestra de usuarias de crack, esta investigación objetivó contribuir para el conocimiento de factores propulsores de riesgo y de vulnerabilidad de la salud de la población estudiada. Participaron de este estudio 45 mujeres, con edad promedio de 29,11 años (DP= 7,99), internas en Clínicas de Rehabilitación (34) y Comunidades Terapêuticas (11) de los Estados de Paraíba (PB) y Pernambuco (PE). Como instrumento, se utilizó un cuestionario sociodemográfico, analizado por medio de estadística descriptiva, con auxilio del *software* SPSS/PASW versión 21.0. Los resultados apuntaron para un perfil de usuarias en su mayoría jóvenes, en edad reproductiva y con experiencias maternas, debajo nivel de escolaridad y fuera del mercado formal de trabajo. Estos datos demuestran la necesidad de una mayor inversión en términos de salud y educación en este grupo etario de la población estudiada, y la importancia del mejoramiento de las políticas públicas en este ámbito, a fin de reducir la vulnerabilidad y los impactos biopsicossociales.

**Palabras clave:** crack, género, dependencia química, vulnerabilidade

## Introdução

A temática acerca do uso abusivo de drogas no cenário brasileiro, notadamente quanto ao uso abusivo de crack, impõe-se enquanto um fenômeno de ordem social amplamente divulgado e discutido, tendo sido encarado como um desafio para as sociedades modernas (Aciole Neto & Santos, 2016). Neste contexto, ganha ênfase o reconhecimento de uma demanda cada vez mais crescente de grupos diferenciados de usuários, ramificados em núcleos específicos, como, por exemplo, os separados por gênero.

No que concerne à divisão de gênero, faz-se necessário pontuar que embora o uso e o abuso de substâncias tenham sido geralmente vinculados ao masculino, esta problemática não se restringe exclusivamente a este sexo. Na história da humanidade, considera-se pouco provável que o uso, o abuso e a dependência de substâncias psicoativas estivessem restritos apenas aos homens, apesar de que, durante muito tempo, o sexo masculino sempre esteve acima do feminino no que se refere ao consumo de drogas (Medeiros, Maciel, & Sousa, 2017). De acordo com Souza, Oliveira e Nascimento (2014), no final do século XIX e nos primórdios do XX a toxicodependência chegou a todos os grupos sociais nos quais as mulheres já se faziam representar em considerável número. Ademais, fatores de ordem econômica e social, como, por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho, no período pós II Guerra Mundial, resultaram numa aproximação dos papéis sociais entre os gêneros, abrindo espaços para que as mulheres fizessem uso de substâncias com mais facilidade do que antes.

Com o passar dos anos, embora se tenha notado uma crescente visibilidade do gênero feminino no consumo de substâncias psicoativas, as mulheres dependentes químicas só começaram a ser alvos de estudos sistemáticos nos últimos cinquenta anos e a literatura aponta que as abordagens de tratamento que atentaram para as necessidades desse grupo datam apenas das duas últimas décadas (Hochgraf & Brasiliano, 2010). Tal questão configura-se, mesmo nos dias atuais, como um fenômeno ainda pouco explorado em investigações científicas e pouco notado no âmbito das políticas públicas de saúde.

A fim de se obter maior apropriação dos fatores envolvidos no consumo abusivo de crack, destaca-se uma crescente preocupação de ordem mundial, assim como no Brasil, em estudar os perfis de populações usuárias que acessam os serviços de saúde (American Psychiatric Association, 2014). Caracterizar os diversos grupos de usuários por meio de estudos torna-se importante, uma vez que o planejamento de ações nessa área depende de maior assimilação de dados sobre as populações usuárias e sobre aqueles que buscam atendimento no sistema público de saúde (Limberger, Shneider, & Andretta, 2015).

No Brasil, as primeiras descrições que versam sobre o perfil do usuário de crack têm seu início em 1990, ano em que o crack chegou ao país, especialmente na cidade de São Paulo, na região da Estação da Luz, conhecida como “Cracolândia” (Aciole Neto & Santos, 2014). Em um pioneiro estudo etnográfico, Nappo, Galduróz e Noto (1994) destacam os homens enquanto foco, associando-os a contextos de precariedade e exclusão social. Conforme o panorama atual, diversos autores consideram que, ainda hoje, o perfil desses usuários no contexto brasileiro é formado, majoritariamente, por homens jovens, de baixa renda e de baixa escolaridade (Bastos & Bertoni, 2014a, 2014b; Chaves, Sanchez, Ribeiro, & Nappo, 2011). Isto é verdadeiro, embora o uso do crack, na atualidade, esteja presente em todas as camadas sociais e nos diversos grupos, sendo nítido o consumo, especialmente entre mulheres e, até mesmo, entre crianças.

Estudos nacionais posteriores, como o I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (Carlini et al., 2002) revelaram que, em relação às mulheres, é maior a frequência do uso de medicamentos psicotrópicos (ansiolíticos, anfetaminas, anorexígenos, etc.), em comparação com outras drogas de abuso, somando 57% do percentual de usuários. Os números encontrados são três vezes maiores entre as pessoas do sexo feminino, quando comparadas as do sexo masculino. Em 2005, o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil que envolveu as 108 maiores cidades do país (Carlini et al., 2007) verificou que, na faixa etária entre 25 a 34 anos, apenas 0,4% das mulheres relataram ter usado crack alguma vez na vida, enquanto que, nos homens, esse percentual era de 3,2%.

Recentemente, uma pesquisa de âmbito nacional sobre a estimativa de consumo de crack e outras drogas similares, realizada pela FIOCRUZ e encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Brasil, 2013), divulgou que, no país, estima-se que há cerca de 370 mil usuários de crack. Entre os usuários entrevistados na pesquisa, 21,3% eram mulheres, com média de idade de 29,6 anos, solteiras (54%), de cor não branca (78%), sendo que a ampla maioria possuía baixa escolaridade (80%). Observou-se, ainda, uma percentagem expressiva de mulheres que relataram engajamento em trabalho sexual ou troca de sexo por dinheiro (55%). Esse percentual mostrou-se substancialmente mais elevado do que aquele referido pelos usuários do sexo masculino (14%).

Outros estudos sobre o tema também apontam para uma prevalência de mulheres adultas jovens, em idade economicamente ativa, baixa escolaridade, fora do mercado formal de trabalho e com vivências maternas em suas trajetórias (Cruz et al., 2014; Marangoni & Oliveira, 2013; Maciel & Medeiros, 2017). A pesquisa realizada por Santos e Almeida (2013), com usuárias de um CapsAd, mostrou uma associação entre o aumento do número de filhos e o baixo nível instrucional das mulheres, 82% das entrevistadas não completaram o Ensino Fundamental e 47% tinham 4 ou mais filhos. Em contexto internacional, o estudo de Bungay et al. (2010), realizado no Canadá,

revelou usuárias vivendo em precárias condições, apresentando envolvimento com o trabalho sexual e menos apoiadas pelos serviços de saúde.

Como ressaltam Santos e Almeida (2013), se forem levadas em conta as prevalências estatísticas, os homens ainda são os principais consumidores de drogas ilícitas no Brasil. São também os que mais frequentemente usufruem dos serviços de apoio (até então considerados em sua maioria generalistas) para pessoas com problemas ligados às drogas. Sobre a baixa adesão das usuárias aos serviços de saúde especializados, é possível associar alguns fatores a esse fenômeno. Limberger, Shneider e Andretta (2015) apontam as desigualdades de gênero, que se fazem presentes, sobretudo, nas abordagens de tratamento. Como sublinham os autores, tais abordagens deveriam ser generalizáveis, supondo-se que, para a sua eficácia, o tratamento deva contemplar a superação de barreiras, tais como: a vergonha, a maternidade, a vida conjugal, a carência de recursos, a superação de sintomas de depressão, a ansiedade, a irritabilidade e, sobretudo, o preconceito.

Além do fato de que o consumo de drogas por mulheres é pouco explorado em estudos científicos, há o agravante de que, até pouco tempo, era a mídia que se encarregava de abordar o tema. Na maioria das vezes, o tema era tratado por meio de campanhas preconceituosas, de cunho sensacionalista, que estigmatizavam a imagem dos usuários, associando-os à violência e à marginalidade (Acirole Neto & Santos, 2014). No caso específico das mulheres, podem ser encontrados discursos e representações, no imaginário social, vinculados à promiscuidade e/ou a casos de negligência familiar, fatores estes que podem estar associados à falta de procura ou baixa adesão aos tratamentos especializados.

Somente nas últimas duas décadas podem ser observadas algumas pesquisas comparativas que apontam as especificidades e diferenças de tratamento entre homens e mulheres dependentes de substâncias psicoativas. Tais pesquisas enfatizam a importância do desenvolvimento de estudos voltados mais para as diferenças entre as mulheres (e suas peculiaridades) do que para a simples comparação de suas características com as dos homens (Hochgraf & Brasiliano, 2010; Limberger, Sgneider, & Andretta, 2015). Essa estratégia permite, entre outras coisas, aproximar as abordagens de intervenções às necessidades de cada público-alvo, para minimizar os efeitos nocivos do abuso de drogas nos diversos grupos de usuários.

Nesse sentido, buscar conhecer o contexto e as especificidades das usuárias de crack torna-se fundamental e de grande relevância científica e social, tendo em vista que as mulheres constituem um grupo distinto, que exige uma atenção específica e multifacetada, o que demanda estudos que venham explorar melhor esse grupo social, considerando para além dos dados biológicos, os aspectos psicossociais que possam auxiliar no tratamento e na prevenção do uso e da dependência de substâncias psicoativas no grupo de mulheres. Com isso, o objetivo do presente trabalho consiste

em analisar e discutir os fatores sociodemográficos de uma amostra de usuárias de crack, na busca de contribuir para o conhecimento de fatores propulsores de risco e de vulnerabilidade à saúde das mulheres usuárias de drogas.

## **Método**

### **Participantes**

A presente pesquisa, de caráter descritivo, utilizou uma amostragem não probabilística e de conveniência, perfazendo um total de 45 mulheres usuárias de crack, que se encontravam em tratamento em Comunidades Terapêuticas (34) e Clínicas de Reabilitação (11), localizadas nos Estados da Paraíba (PB) e Pernambuco (PE). Incluíram-se as participantes que estavam internas nos locais escolhidos para a coleta, com idade maior que 18 anos e que aceitaram participar do estudo de forma voluntária; e excluíram-se as que apresentavam condições cognitivas que comprometessem a compreensão dos instrumentos.

### **Instrumento**

Os dados foram coletados por meio de um questionário sociodemográfico estruturado, contendo questões relacionadas à idade, escolaridade, renda, ocupação, estado civil e número de filhos. Além disso, outras questões necessárias para a caracterização da amostra e a obtenção dos dados de interesse foram empregadas, tais como: sobre a idade de início do uso de crack; sobre o uso de drogas na família; e sobre o número de internamentos já realizados.

### **Procedimentos Éticos e de Coleta de Dados**

A presente pesquisa obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS-UFPB), sob o protocolo de nº 0349/12, respeitando-se todos os cuidados éticos com pesquisa envolvendo seres humanos.

Inicialmente, foram realizadas visitas às instituições e, após a anuência dos gestores, foi estabelecido o contato inicial com as participantes, a fim de explicar os objetivos da pesquisa e assegurar o anonimato e confidencialidade das respostas fornecidas. Mediante o interesse em participar voluntariamente e a consequente assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a coleta foi realizada pela pesquisadora de forma individual nos próprios ambientes institucionais, em salas reservadas, o que assegurou o caráter sigiloso das informações coletadas.

## Análise dos dados

As análises foram possibilitadas por meio da estatística descritiva, notadamente com o cálculo de frequências e porcentagens, com o auxílio do *software* SPSS/PASW versão 21.

## Resultados e discussão

Após a análise dos dados, permitiu-se contemplar as distribuições nos fatores sociodemográficos das participantes, relativos à idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda, início do uso de crack, número de filhos, uso de drogas na família e número de internamentos realizados, os quais seguem discriminados na Tabela 1.

Tabela 1. Frequências dos Dados Sociodemográficos das Usuárias de Crack. N=45

<b>Dados sociodemográficos</b>	<b>F %</b>	<b>%</b>
<b>Faixa etária</b>		
18 a 25 anos	17	38
26 a 33 anos	20	45
34 a 42 anos	8	17
<b>Estado Civil</b>		
Solteira	28	62
Relacionamento estável	12	27
Divorciada/ viúva	9	11
<b>Escolaridade</b>		
Analfabetos/ Fundamental	26	58
Médio/ superior	19	42
<b>Ocupação</b>		
Trabalho informal	18	40
Trabalho formal	12	27
Desempregada	2	4
Do lar	13	29
<b>Renda</b>		
Até 3 salários	22	49
Acima de 3 salários	11	24
Sem renda	12	27
<b>Idade de início do uso de crack</b>		
13 a 19 anos	27	60
20 a 27 anos	11	25
28 a 37 anos	2	4
36 a 44 anos	5	11
<b>Nº de filhos</b>		
Não tem	8	11
1 a 2 filhos	22	51
3 a 4 filhos	15	31



<b>Dados sociodemográficos</b>	<b>F %</b>	<b>%</b>
<b>Uso de drogas na família</b>		
Sim	32	71
Não	13	29
<b>Nº de internamentos</b>		
1 internamento	25	55
2 a 4 internamentos	16	36
Acima de 4 internamentos	4	9

De acordo com a Tabela 1 acima, evidenciou-se que houve uma variação na idade entre 18 e 42 anos, no entanto, a faixa etária de maior frequência compreendeu as entrevistadas entre 26 a 33 anos, somando 45% do total das participantes. Esta faixa etária consiste em uma amostra de mulheres adultas jovens, economicamente ativas e em idade reprodutiva. Esses dados confirmam outros estudos, realizados em contextos nacionais e internacionais, que também reportam esta faixa etária predominante em mulheres usuárias de drogas (Bungay et al, 2010; Rodrigues et al, 2016). Em consonância com estes achados, alguns autores apontam esta fase como marcada por um processo de aceitação dos papéis sociais, havendo uma forte influência de amigos, companheiros e mídia. As pessoas dessa faixa etária também se encontram fortemente vulneráveis aos apelos de consumo de drogas, como forma de adquirirem respostas ou alívio e se protegerem das dificuldades no mundo atual (Medeiros, Maciel, & Sousa, 2017).

No que diz respeito ao estado civil, 62% das mulheres relataram ser solteiras, seguidas por aquelas que disseram que conviviam com companheiros, ou seja, em união estável (27%). Esses dados revelam um predomínio de relacionamentos instáveis, estes caracterizam-se por mulheres solteiras ou que vivem em um relacionamento conjugal informal e rotativo, apontando a possível ausência de um companheiro fixo. Em sua maioria, essas mulheres são consideradas como chefes de suas famílias. Sobre esta associação entre o uso de drogas e o estado civil, alguns pesquisadores destacam a ligação do crack à dissociação de vínculos afetivos, uma vez que as consequências advindas do uso contínuo de drogas contribuem para a deterioração dos laços familiares e conjugais (Rodrigues et al., 2016). No que se refere às famílias chefiadas por mulheres, o estudo realizado por Barros, Carvalho e Franco (2006) revela que elas têm piores indicadores de acesso ao conhecimento e ao trabalho formal. Isto ocorre porque, na maioria dos casos, elas têm que trabalhar muito jovens, a fim de sustentar as despesas da família e dos filhos.

Foi observado que, entre as entrevistadas, 82% das mulheres eram mães, sendo que a maioria relatou ter 1 ou 2 filhos (51%). O estudo realizado por Bungay et al. (2010) revela que as usuárias de crack tendem a ter um grande número de parceiros sexuais e a trocar sexo por dinheiro, sendo que, em muitos casos, sem o uso de preservativos, aumentando a probabilidade de gestação de forma não planejada.



Geralmente, essas mulheres não têm uma gravidez saudável, pois o uso contínuo do crack pode levar ao descaso com a saúde e à banalização das complicações gestacionais, como sugerem os estudos (Martins-Costa, 2013). Em outras pesquisas (Nappo et al., 2004; Marangoni & Oliveira, 2013), observam-se que, em períodos de consumo intenso, muitas mulheres deixam os filhos sozinhos ou sob a tutela de outras pessoas. Entre as mulheres entrevistadas (n=12), oito tinham a custódia de apenas uma parte do total de filhos, sendo que os demais tinham sido entregues para doação a desconhecidos ou a familiares - avós e/ou tios. Todavia, a literatura aponta que os filhos são considerados, pelas usuárias, como fatores motivacionais para o tratamento e para mudança de vida (Medeiros et al., 2015).

Estes resultados relacionados à maternidade deixam transparecer que, muitas vezes, o estilo de vida dessas mulheres mostra-se incompatível com o papel social que lhes é atribuído, como provedoras de seus filhos e com atribuições de maternagem. Ao encontro desses dados, Medeiros, Maciel e Sousa (2017) afirmam que as usuárias de crack vivenciam um isolamento social significativo, advindo dessa incongruência entre o que se espera do papel de mãe e as práticas de cuidados observadas. Dessa forma, constata-se a vivência de discriminação e de preconceito, como uma barreira para o enfrentamento da problemática e para a procura por ajuda especializada. Essa questão engloba não apenas as consultas pré-natais, mas, também, a procura por tratamento para o abuso da substância e para a resolução de problemas de saúde.

Quanto à escolaridade da amostra estudada, observou-se que a maioria (58%) era considerada analfabeta ou com o Ensino Fundamental (completo ou incompleto). Portanto, na maioria dos casos, o nível de escolaridade era incompatível com a idade. Essa baixa escolaridade é explicada pelo fato de o uso contínuo da droga interferir na vida habitual do usuário, não permitindo, muitas vezes, atividades cognitivas que requeiram atenção, compreensão e concentração. Esta situação acaba afetando o rendimento escolar, podendo levar, na maioria dos casos, ao abandono da escola (Nappo, Galduroz, & Noto, 1994).

Faz-se imprescindível destacar a associação entre a baixa escolaridade e a ocupação das participantes da presente pesquisa. Observou-se uma maior concentração das usuárias que exerciam atividades informais (40%), cumprindo funções pouco remuneradas, tais como as de artesãs, babás e cozinheiras, entre outras. Sobre a renda, a maioria ganhava entre 1 e 3 salários mínimos (49%), seguidas por aquelas que diziam não ter renda (27%). Isto denota uma população de baixo poder aquisitivo e, conseqüentemente, com precária infraestrutura domiciliar e com acesso reduzido aos serviços de saúde. Esses achados corroboram os dados da literatura especializada sobre o assunto, que associam o uso de drogas com menor inserção no mercado formal, menor disponibilidade financeira e situações de vulnerabilidade e exclusão social (Maciel & Medeiros, 2017; Selegim et al., 2011). Autores como Silva e Vargens (2009)

analisam tal cenário como resultado de uma inferiorização de funções, seguida de baixos salários. Historicamente, essa situação é expressada pela submissão e exclusão da mulher de diversos espaços de poder de decisão na vida pública e privada, o que faz com que ela encontre maiores dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho.

Em relação à idade do início de uso de crack, foi encontrada uma parcela significativa da amostra (60%) concentrada na faixa etária de 13 a 19 anos. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), este período compreende a adolescência, que inicia, cronologicamente, a partir dos 12 anos de idade. Nesse quesito, alguns estudos apontam a adolescência como o período mais favorável para o início do consumo dessas substâncias (Schenker & Minayo, 2003; Vieira et al, 2007). Em seu estudo, Sanchez e Nappo (2002) comungam dessa afirmação, quando identificam a faixa etária do início do uso de drogas dentro da adolescência, ou seja, entre 10 e 19 anos. Essa constatação coloca as adolescentes, pelo menos em tese, como particularmente suscetíveis a uma maior exposição a contextos de uso e abuso de substâncias.

Quando investigado o número de internamentos realizados pelas usuárias, verificou-se que a maioria encontrava-se no primeiro deles (55%). Este resultado não é encontrado em outras pesquisas realizadas sobre o crack. Os estudos, de maneira geral, demonstram que, em se tratando dessa droga, a reinternação é um fator comum na trajetória de boa parte dos usuários. Alguns estudos apontam, mesmo, índices altíssimos de reinternação (Ferreira Filho et al., 2003). Sobre as mulheres, são poucos os estudos que revelam dados acerca do número de internamentos em serviços para dependência química. Isso se deve ao número baixo ou até mesmo ausente de registros relativos à prevalência nos serviços especializados, revelando um provável contingente de casos subnotificados, que não aparecem nas estatísticas oficiais.

Sobre a ausência das usuárias nos serviços, é possível elencar alguns fatores de ordem psicossocial que interferem e causam impacto na procura e na permanência nas instituições. Como exemplos disso, podem ser citados o preconceito e o estigma social, que são considerados como barreiras à procura de ajuda e à aceitação do problema em questão (Carbonera et al., 2013; Maciel & Medeiros, 2017). Em se tratando do uso de drogas, especialmente as ilícitas, como o crack, é incutida nas pessoas que fazem uso uma carga estigmatizadora, que as coloca como “marginais”. No contexto da mulher usuária, somam-se questões vinculadas à “promiscuidade” e à “vulgaridade”, que denotam preconceitos e estereótipos de gênero, relacionados à figura da mulher dependente química.

Outra questão levantada foi quanto ao uso de drogas na família. Dentre as entrevistadas, 71% afirmaram ter vivenciado o uso de alguma substância psicoativa por algum familiar. Deste percentual, 49% afirmaram vivenciar o crack como droga de abuso dos familiares, 40% consumiam álcool, seguido da maconha (27%). Em consonância com essa descrição, o estudo de Marangoni & Oliveira (2013) evidenciou

que no contexto familiar de todas as mulheres havia um comportamento aditivo, caracterizado pela presença de múltiplas drogas. Além disso, existia uma atitude permissiva e ao mesmo tempo estimuladora do consumo, por parte dos pais, irmãos, tios, primos e companheiros. De acordo com Schenker e Minayo (2003), o consumo de drogas pelos pais está relacionado ao maior risco de os filhos se tornarem usuários, tendo em vista que o comportamento paterno lhes serve de modelo, sendo essa atitude permissiva a que mais pesa na equação.

Assim, os dados ora apresentados revelam uma coleta rica e variada de informações, que permitem aprofundar a discussão sobre a problemática do crack, a partir de uma visão psicossocial da dependência química em mulheres. Nessa discussão, são colocadas em pauta as inserções de gênero e as construções histórico-culturais acerca dos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, tais como a maternidade e o cuidado com os filhos, revelando a influência dessas questões na sua vivência e no seu enfrentamento da dependência química.

## Considerações finais

Levando em consideração os fatores sociodemográficos expostos na presente discussão, entendidos enquanto propulsores de riscos e vulnerabilidade no contexto específico da imersão e da vivência das entrevistadas, permitiu-se caracterizá-las, em sua maioria, como mulheres jovens e solteiras. Além disso, elas se encontravam em idade reprodutiva, com nível de escolaridade abaixo do esperado para a idade e com baixa renda mensal. Estes resultados corroboram os dados da literatura especializada sobre o tema, que associa o uso do crack com cenários de pobreza, com as situações de extrema vulnerabilidade e com a exclusão social.

Estes achados demonstram que o perfil das usuárias de crack da presente pesquisa é semelhante ao encontrado em outros estudos nacionais e internacionais. É importante ressaltar que as associações entre variáveis sociodemográficas tem sido uma ferramenta de análise que serve para rastrear fatores determinantes e propulsores de agravos na saúde das pessoas, possibilitando, assim, intervenções mais direcionadas à demanda em questão. Sobre este aspecto, identificou-se que o consumo de crack relaciona-se com diversos fatores, que ultrapassam a esfera individual dos sujeitos e remetem a questões de ordem socioeconômica. Como exemplo disso, a baixa escolaridade pode estar associada às reduzidas oportunidades de emprego e, conseqüentemente, aos baixos acessos aos serviços de proteção e cuidado à saúde e às melhores condições de vida, que não são propiciadas pelo mundo das drogas.

Apesar de, na literatura especializada da área, haver o consenso de que o consumo de crack é mais intenso na população masculina, a diminuição da diferença de proporção de consumo de drogas entre homens e mulheres vem sendo registrada em

muitos países. A tendência à “igualdade de gênero” no consumo de drogas é justificada por mudanças no estilo de vida das mulheres, ocorridas, sobretudo, no último século. Além disso, o reconhecimento de que as mulheres dependentes constituem um subgrupo diferenciado dos homens e com características e necessidades de tratamento próprias e específicas começa a ganhar cada vez maior relevância.

Ações que possam amenizar o impacto da questão da dependência química no público feminino são possíveis e necessárias, porém, o enfrentamento do fenômeno é dificultado também pela ausência de investigações que contemplem as singularidades e as especificidades do envolvimento feminino com a problemática das drogas. Parece justificável tornar visível que estas mulheres carecem de maior apropriação por parte do poder público, no tocante às ações preventivas e de inserção sociofamiliar, com vistas a dirimir os danos da vivência da dependência química nos aspectos individuais e sociais.

Pode-se concluir que a presente pesquisa procurou cumprir a finalidade de debruçar-se sobre a complexidade do fenômeno do consumo de crack por usuárias, notadamente, sobre os fatores sociodemográficos associados ao contexto de imersão das entrevistadas. Entretanto, deve-se destacar uma importante limitação do estudo, que reside na impossibilidade de generalizar os achados obtidos para a população das mulheres usuárias de drogas em geral. Apesar disso, espera-se que os resultados encontrados sirvam para chamar a atenção para a necessidade de outras investigações, que abarquem outros aspectos que auxiliem no entendimento do tema em questão. Finalmente, torna-se imprescindível destacar a importância da melhoria das políticas públicas, no âmbito da saúde e da ordem social, voltadas para a questão da dependência química em mulheres, a fim de identificar especificidades que possam reduzir os danos e minimizar os impactos do uso de drogas, favorecendo a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

### *Agradecimento*

Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

## Referências

- Aciole Neto, M. L., & Santos, M. F. S. (2014). Alterity and Identity Refusal: The Construction of the Image of the Crack User. *Paidéia* 24(59), 389-396. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-43272459201413>
- Acioli Neto, M. L., & Santos, M. F. S. (2016). Os usos de crack em um contexto de vulnerabilidade: Representações e práticas sociais entre usuários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 32-26. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32326>
- American Psychiatric Association (APA). (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. DSM-5 (5. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Barros, R. P., Carvalho, M., & Franco, S. (2006). *Pobreza multidimensional*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Bastos, F. I., & Bertoni, N. (2014a). *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Oswaldo Cruz. Recuperado de <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Relatorios/329786.pdf>
- Bastos, F. I., & Bertoni, N. (2014b). Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Perfil sociodemográfico e comportamental destes usuários: Resultados de uma pesquisa de abrangência nacional. In F. I. Bastos & N. Bertoni, *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Oswaldo Cruz. Recuperado de <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Relatorios/329786.pdf>
- Brasil. (1990). Lei 8.069/90: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)
- Brasil. (2013). Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. *Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil*. Recuperado de <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/maior-pesquisa-sobre-crack-j%C3%A1-feita-no-mundo-mostra-o-perfil-do-consumo-no-brasil>
- Bungay, V., Johnson, J. L., Varcoe, C., & Boyd, S. (2010). Women's health and use of crack cocaine in context: Structural and 'everyday' violence. *International Journal of Drugs Policy*, 21(4), 321-329. doi: <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2009.12.008>
- Carbonera, A., & Silva, D. G., Nascimento-André, M. I., & Legal, E. J. (2013). Dando Voz a Mulheres em Tratamento da Dependência de Substâncias Psicoativas. *Revista de Psicologia da IMED*, 5(2), 109-114. Recuperado de doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v5n2p109-114>
- Carlini, E. A., Galduróz, J. C., Noto, A. R., & Nappo, A. S. (2002). *I levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país*. São Paulo (SP): UNIFESP.
- Carlini, E. A., Galduróz, J. C., Noto, A. R., Carlini, C. M., Oliveira, L. G., & Nappo, S. A. (2007). *II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país*. São Paulo: Secretaria Nacional Antidrogas/ Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.

- Chaves, T. V., Sanchez, Z. M., Ribeiro, L. A., & Nappo, S. A. (2011). Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex- usuários. *Rev Saúde Pública*, 6(45), 1168-75. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102011005000066>
- Cruz, V. D., Oliveira, M. M., Pinho, L. B., Coimbra, V. C. C., Kantorski, L. P., & Oliveira, J. F. (2014). Condições sociodemográficas e padrões de consumo de crack entre mulheres. *Texto contexto Enferm*, 4(23), 1068-76. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072014000580013>
- Ferreira Filho, O. F., Turchib, M. D., Laranjeira, R., & Castelo, A. (2003). Perfil sociodemográfico e de padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados. *Rev Saúde Pública*, 37(6), 751-9. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000600010>
- Hochgraf, P. B., & Brasiliano, S. (2010). Mulheres e substâncias psicoativas. In S. D. Siebel et al., *Dependência de Drogas* (pp. 1025-1042). São Paulo: Atheneu.
- Limberger, J., Schneider, J. A., & Andretta, I. (2015). Especificidades do tratamento de mulheres usuárias de crack: interface com direitos humanos. *Psicologia em Pesquisa*, 9(2), 13-147. doi: <https://doi.org/10.5327/Z1982-1247201500020004>
- Maciel, S. C., & Medeiros, K. T. (2017). Mulheres usuárias de crack: Enfrentamentos e barreiras sociais. In A. Roso (Org.), *Crítica e dialogicidade em psicologia social: Saúde, minorias sociais e comunicação* (pp. 1-42). Santa Maria, RS: Ed. UFSM.
- Marangoni, R. S., & Oliveira, M. L. F. (2013). Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. *Texto & Contexto Enfermagem*, 22(3), 662-670. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000300012>
- Martins-Costa, S. H., Vettorazzi, J., Cecin, G. K. G., Stumpf, C. C., & Ramos, J. G. L. (2013). Crack: A nova epidemia obstétrica. *Revista HCPA*, 33(1), 55-65. Recuperado de <http://www.seer.ufrgs.br/hcpa/article/viewFile/33833/25672>
- Medeiros, K. T., Maciel, S. C., & Sousa, P. F. (2017). Women in the Context of Drugs: Social Representations of Users in Treatment. *Paidéia*, 27(Suppl. 1), 437-447. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201709>
- Medeiros, K. T., Maciel, S. C., Sousa, P. F., & Vieira, G. L. S. (2015). Vivências e Representações sobre o Crack: Um Estudo com Mulheres Usuárias. *Psico-USF*, 20(3), 517-528. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200313>
- Nappo, S. A. et al. (2004). *Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/Aids*. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.
- Nappo, S. A., Galduróz, J. C. F., & Noto, A. R. (1994). Uso do “crack” em São Paulo: fenômeno emergente? *Rev ABP-APAL*, 2(16), 75-83. Recuperado de <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/psi-1142>
- Rodrigues, A. S. et al. (2016). Cuidado a mulheres envolvidas com drogas: representações sociais de enfermeiras. *Rev. Bras. Enferm.*, 70(1), 71-78. doi: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0339>



- Sanchez, Z. M., & Nappo, S. A. (2002). Sequência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. *Rev Saúde Pública*, 36(4), 420-30. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102002000400007>
- Santos, G. L., & Almeida, D. C. (2013). Estudo do perfil das dependentes químicas, usuárias do Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas - CAPSad do Município de Caçador/SC. *RIES*, 1(2), 42-57. Recuperado de <http://www.periodicosuniarp.com.br/ries/article/view/106>
- Schenker, M., & Minayo, M. C. S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência, Saúde Coletiva*, 8(1), 299-306. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000100022>
- Seleghim, M. R., Marangoni, S. R., Marcon, S. S., & Oliveira, M. L. F. (2011). Family ties of crack cocaine users cared for in a psychiatric emergency department. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 19(5), 1163-1170. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692011000500014>
- Silva, C. M., & Vargens, O. M. C. (2009). A percepção de mulheres quanto à vulnerabilidade feminina para contrair DST/HIV. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(2) 401-406. doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000200020>
- Souza, M. R. R., Oliveira, J. F., & Nascimento, E. R. (2014). A saúde de mulheres e o fenômeno das drogas em revistas brasileiras. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 23(1), 92-100. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072014000100011>
- Vieira, D. L., Ribeiro, M., Romano, M., & Laranjeira, R. (2007). Álcool e adolescentes: estudo para implementar políticas municipais. *Revista de Saúde Pública*, 41(3) 396-403. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006005000022>